

Sumário

Lista de abreviaturas	55
-----------------------------	----

SEÇÃO I TEORIA DA CONSTITUIÇÃO TÍTULO I – TEORIA GERAL

Capítulo I ► Conceitos básicos de teoria geral do Estado	61
1. Considerações gerais	61
2. Estado, nação e pátria.....	61
3. Elementos do Estado	62
3.1. Território	64
3.2. Povo	65
3.3. Governo.....	66
3.3.1. Soberania vs. autonomia	68
4. Forma de Estado.....	69
4.1. Plano do direito público internacional.....	70
4.2. No plano do direito constitucional.....	70
5. Divisão de poderes.....	73
6. Forma de governo	74
6.1. Classificação de Aristóteles.....	74
6.2. Classificação de Maquiavel.....	75
7. Sistema de governo.....	77
8. Regimes políticos	80
8.1. Regime político democrático.....	80
8.1.1. Pós-democracia?	81
Capítulo II ► Constitucionalismo e direito constitucional	83
1. Constitucionalismo	83
1.1. Constitucionalismo antigo	83
1.2. Constitucionalismo moderno	84
1.2.1. Principais movimentos	85

1.3.	Constitucionalismos “contemporâneos”	87
1.3.1.	Constitucionalismo social	87
1.3.2.	Neoconstitucionalismo	87
1.3.2.1.	Positivismo, não positivismo ou pós-positivismo?.....	89
1.3.3.	Constitucionalismo global ou globalizado.....	93
1.3.4.	Transconstitucionalismo	94
1.3.5.	Patriotismo constitucional.....	94
2.	Direito constitucional.....	94
2.1.	Conceito	94
2.2.	Origem	95
2.3.	Objeto.....	95
2.4.	Natureza.....	95
2.5.	Espécies ou divisão do direito constitucional.....	96
2.5.1.	Direito constitucional e teoria da constituição.....	97
2.6.	Relações do direito constitucional com os demais ramos do direito.....	97

Capítulo III ► Constituição, classificação das constituições e evolução constitucional brasileira

99

1.	Constituição	99
1.1.	Conceitos	99
1.1.1.	Conceitos histórico e moderno	99
1.1.2.	Perspectivas conceituais.....	100
1.2.	Documentos que deram origem às constituições modernas.....	102
2.	Classificação das constituições.....	102
2.1.	Quanto ao conteúdo	102
2.2.	Quanto à estabilidade	103
2.3.	Quanto à forma.....	104
2.4.	Quanto à origem	104
2.5.	Quanto ao modo de elaboração	106
2.6.	Quanto à extensão	106
2.7.	Quanto à essência	107
2.8.	Outras denominações.....	107
2.9.	Classificação da Constituição de 1988.....	109
3.	Evolução constitucional do Estado brasileiro	111

3.1.	Constituição de 1824.....	111
3.2.	Constituição de 1891.....	111
3.3.	Constituição de 1934.....	112
3.4.	Constituição de 1937.....	112
3.5.	Constituição de 1946.....	113
3.6.	Constituição de 1967.....	113
3.7.	Emenda Constitucional ou Constituição de 1969?	113
3.8.	Constituição de 1988.....	114
Capítulo IV ▶	Poder constituinte e suas manifestações	117
1.	Teorias do poder constituinte	117
1.1.	Origens.....	117
1.2.	Conceito de poder constituinte	117
1.3.	Natureza: poder de fato ou de direito?	117
1.4.	Titularidade e exercício	118
1.4.1.	Usurpação do poder constituinte	119
1.4.2.	“Bootstrapping” constitucional.....	119
1.5.	Espécies de poder constituinte.....	120
1.5.1.	Poder constituinte originário.....	120
1.5.1.1.	Características do poder constituinte originário.....	121
1.5.1.2.	Limites do poder constituinte originário	121
1.5.1.3.	Poder (ou direito) de revolução	123
1.5.2.	Poder constituinte derivado	124
1.5.2.1.	Características	124
1.5.2.2.	Espécies	124
1.5.2.2.A.	Poder constituinte derivado reformador	125
1.5.2.2.B.	Poder constituinte derivado decorrente.....	125
1.5.3.	Poder constituinte difuso	131
2.	Modificações constitucionais	133
2.1.	Mutação constitucional.....	133
2.2.	Reformas constitucionais e poder de reforma constitucional.....	139
2.2.1.	Espécies do poder de reforma constitucional.....	139
2.2.1.1.	Poder de emenda.....	140
2.2.1.2.	Poder de revisão.....	140

2.2.2.	Limitações ao poder de reforma.....	141
2.2.2.1.	Limitações temporais.....	142
2.2.2.2.	Limitações circunstanciais.....	143
2.2.2.3.	Limitações formais ou procedimentais.....	144
2.2.2.4.	Limitações materiais.....	146
2.2.2.4.A.	Limitações materiais explícitas.....	147
2.2.2.4.A.1.	Significado da expressão “tendente a abolir” contida no § 4º do art. 60 da CF/88.....	150
2.2.2.4.A.2.	Ampliação virtual das limitações explícitas?	150
2.2.2.4.B.	Limitações materiais implícitas.....	152
2.2.2.4.C.	Limitações materiais implícitas vs. limitações lógicas.....	154
2.2.3.	Teoria da “dupla reforma” ou da reforma em “dois tempos”.....	156
2.3.	Controle de constitucionalidade de preceitos constitucionais: normas “constitucionais” inconstitucionais?.....	157
Capítulo V ▶	Efeitos de nova constituição e de reformas constitucionais.....	159
1.	<i>Vacatio constitutionis</i>	159
2.	Normas constitucionais e antinomias: critérios de resolução.....	160
2.1.	Nova constituição vs. constituição anterior.....	160
2.2.	Nova constituição vs. legislação infraconstitucional anterior.....	160
3.	Recepção.....	162
4.	Filtragem constitucional.....	163
5.	Repristinação.....	163
5.1.	Repristinação vs. “efeito repristinatório”.....	164
6.	Constitucionalidade superveniente.....	166
6.1.	Emenda constitucional e normas corretivas.....	167
7.	Desconstitucionalização.....	168
7.1.	Desconstitucionalização da constituição anterior.....	168
7.2.	Desconstitucionalização da atual constituição.....	169
8.	Efeitos retroativos das normas.....	170
8.1.	Teorias subjetivista e objetivista.....	171
8.2.	<i>Status</i> constitucional do princípio da não retroatividade.....	172
8.3.	Tipos de retroatividade.....	173
8.3.1.	Máxima, média e mínima.....	173

8.3.2.	Retroatividade mínima ou efeito imediato “forte” da norma (retrospectividade)?	174
8.3.3.	Retroatividades restitutória, ordinária e temperada.....	176
8.3.4.	Prospectividade, retroatividade, retrospectividade e pós-atividade das normas	177
8.3.5.	Retroatividade em sentido forte e em sentido fraco	178
8.4.	Normas constitucionais originais e efeitos retroativos.....	178
8.5.	Emendas constitucionais e efeitos retroativos.....	179
8.6.	Constituições estaduais e efeitos retroativos	183
8.7.	Normas infraconstitucionais e efeitos retroativos	183
8.8.	Revisões interpretativas e efeitos retroativos	199
Capítulo VI ▶	Sistemas normativos jurídicos e constituição.....	201
1.	Sistemas normativos jurídicos e ordenamento jurídico	201
1.1.	Caráter estático e dinâmico dos sistemas jurídicos	202
2.	Ordenamento jurídico e constituição.....	203
3.	Elementos das constituições.....	203
4.	Fontes de direito constitucional.....	205
4.1.	Tipos de fontes de direito constitucional	206
4.1.1.	Fontes diretas vs. indiretas.....	206
4.1.2.	Fontes formais vs. fontes informais	206
4.2.	Fontes do direito constitucional brasileiro.....	207
4.2.1.	Preâmbulo da Constituição.....	207
4.2.2.	Convenções e costumes constitucionais	209
4.2.3.	Fontes em espécie.....	210
5.	Constituição como sistema normativo aberto	211
6.	Constituição como sistema normativo sem hierarquia interna.....	212
7.	Constituição como sistema normativo composto de regras e princípios.....	213
7.1.	Diferenciação entre regras e princípios	213
7.2.	Normatividade dos princípios	214
7.2.1.	Teoria restritiva: só as regras são normas	214
7.2.2.	Teoria extensiva: regras e princípios são espécies de normas	215
7.2.3.	Constituição de 1988 e normatividade dos princípios	217
7.3.	Postulados normativos?.....	218

8.	Constituição de 1988 e princípios fundamentais	218
8.1.	Princípios fundamentais explícitos	219
8.1.1.	Forma de Estado	220
8.1.2.	Divisão de poderes	220
8.1.2.1.	Delegação de poderes	221
8.1.3.	Sistema de governo	221
8.1.4.	Forma de governo.....	221
8.1.5.	Regime político	222
8.1.6.	Estado Democrático de Direito.....	222
8.1.7.	Fundamentos do Estado brasileiro	223
8.1.7.1.	Soberania.....	223
8.1.7.2.	Cidadania.....	223
8.1.7.3.	Dignidade da pessoa humana	224
8.1.7.3.A.	“Status” normativo superior?	227
8.1.7.4.	Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	228
8.1.7.5.	Pluralismo político	228
8.1.8.	Objetivos do Estado brasileiro	229
8.1.9.	Princípios reguladores da atuação do Estado brasileiro nas relações internacionais.....	229
8.2.	Princípios implícitos fundamentais.....	230
8.2.1.	Princípio da supremacia constitucional	230
8.2.2.	Princípio da segurança jurídica.....	231
8.2.3.	Princípio da presunção da constitucionalidade dos atos do Poder Público.....	231
8.2.4.	Princípio da proporcionalidade	233
8.2.4.1.	Disputa terminológica.....	234
8.2.4.2.	Fundamento constitucional	234
8.2.4.3.	Aplicações do princípio da proporcionalidade.....	235
8.2.4.4.	Subprincípios do princípio da proporcionalidade.....	236
8.2.4.5.	A Teoria dos “cinco passos” do teste da proporcionalidade.....	239
8.2.4.6.	A banalização do princípio da proporcionalidade	239
8.2.4.7.	Proporcionalidade e razoabilidade	239
8.2.4.7.A.	Razoabilidade e racionalidade.....	240
8.2.4.7.B.	Razoabilidade como equidade, como congruência e como equivalência.....	242

8.2.4.7.C. Conexões entre a razoabilidade e a proporcionalidade no direito brasileiro	242
8.2.4.8. Aplicação jurisprudencial do princípio da “razoabilidade”....	245
9. Lacunas constitucionais.....	246
9.1. Lacunas jurídicas	246
9.1.1. Tipologia das lacunas jurídicas mais importantes para o direito constitucional.....	246
9.2. Integração de lacunas constitucionais	248
9.3. “Silêncios eloquentes” constitucionais.....	249
Capítulo VII ► Hermenêutica constitucional.....	251
1. Hermenêutica e interpretação	251
1.1. “In claris non fit interpretatio”?.....	251
2. Teorias da interpretação	251
2.1. Teorias da interpretação constitucional.....	252
3. Texto como limite da interpretação	253
4. Disposição normativa vs. norma	254
5. Normas explícitas e normas implícitas	256
6. Interpretação e antinomias jurídicas.....	256
6.1. Teoria do “diálogo das fontes”	257
7. Variedade subjetiva dos intérpretes	259
7.1. Interpretação constitucional “autêntica”?	260
8. Ampliação dos intérpretes constitucionais: a “sociedade aberta dos intérpretes da constituição”	260
9. Interpretação vs. aplicação	262
10. Aplicação vs. concretização.....	262
11. Subsunção vs. ponderação.....	263
11.1. Subsunção	263
11.1.1. Subsunção e antinomias jurídicas	264
11.2. Ponderação	265
11.2.1. Ponderação abstrata	266
11.2.2. Ponderação concreta (ou “ad hoc”)	266
11.3. Ponderação e princípio da proporcionalidade	267
12. Fenômeno da “derrotabilidade” das normas.....	268

12.1. Linhas gerais	268
12.2. Tipos de normas sujeitas à derrotabilidade.....	271
13. Hermenêutica tipicamente constitucional	272
13.1. Métodos interpretativos tipicamente constitucionais.....	273
13.1.1. Espécies de métodos interpretativos.....	273
13.2. Princípios interpretativos tipicamente constitucionais	276
13.3. Interpretação vs. construção constitucionais	278
13.4. Princípio da interpretação conforme a constituição	279
13.4.1. Princípio da interpretação conforme a constituição e o controle de constitucionalidade	281
13.4.2. Natureza jurídica do princípio da interpretação conforme a constituição: princípio interpretativo ou técnica de controle de constitucionalidade?	281
Capítulo VIII ► Existência, validade, vigência, eficácia, efetividade e aplicabilidade das normas constitucionais	287
1. Existência normativa	287
1.1. Existência das normas constitucionais	288
2. Validade normativa	288
2.1. Validade das normas constitucionais?	289
3. Vigência normativa	290
3.1. Vigência das normas constitucionais	292
4. Eficácia normativa	293
5. Efetividade normativa	295
5.1. Efetividade das normas constitucionais.....	296
6. Aplicabilidade normativa	296
7. Classificação das normas constitucionais conforme a aplicabilidade	297
7.1. Cláusula de aplicabilidade imediata.....	298
8. Classificação de José Afonso da Silva	299
8.1. Normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata.....	300
8.2. Normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata	300
8.3. Normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata	301
8.3.1. Normas definidoras de princípio institutivo.....	302
8.3.2. Normas definidoras de princípio programático	303

9. Normas de eficácia absoluta ou total	305
10. Normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada	305

TÍTULO II – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

Capítulo I ► Controle de constitucionalidade: teoria geral.....	309
1. Constituição e direito processual.....	309
2. Jurisdição constitucional	310
2.1. Jurisdição constitucional e direitos fundamentais	310
2.1.1. Jurisdição constitucional das liberdades	310
2.1.2. “Writs” ou remédios constitucionais	310
3. Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade	311
4. Inconstitucionalidade.....	311
4.1. Tipos de inconstitucionalidade	312
4.1.1. Inconstitucionalidade formal.....	312
4.1.1.1. Inconstitucionalidade formal por quebra de decoro parlamentar?.....	313
4.1.2. Inconstitucionalidade orgânica.....	315
4.1.3. Inconstitucionalidade material	315
4.1.4. Inconstitucionalidade por ação.....	316
4.1.5. Inconstitucionalidade por omissão	317
4.1.5.1. Subtipos da inconstitucionalidade por omissão	318
4.1.6. Inconstitucionalidade originária	320
4.1.7. Inconstitucionalidade superveniente	320
4.1.8. Inconstitucionalidade total.....	320
4.1.9. Inconstitucionalidade parcial	321
4.1.10. Inconstitucionalidade consequente ou “por arrastamento” ou “por atração”	322
4.1.11. Inconstitucionalidade progressiva	323
4.1.12. Estado de coisas inconstitucional (ECI).....	324
4.1.13. Inconstitucionalidade circunstancial ou transitória?.....	326
4.2. Inconstitucionalidade vs. ilegalidade: inconstitucionalidade direta e indireta	328
4.3. Inconstitucionalidade e institutos correlacionados	329
4.3.1. Inconstitucionalidade como antinomia jurídica	329
4.3.2. Inconstitucionalidade em sentido estrito	330

4.3.3.	Contrariedade constitucional.....	330
4.3.4.	Descumprimento de preceito fundamental.....	331
5.	Regime de depreciação da inconstitucionalidade.....	332
5.1.	Disciplina da invalidação dos atos inconstitucionais.....	332
5.1.1.	Tese da nulidade.....	332
5.1.2.	Tese da anulabilidade.....	332
5.1.3.	Tese da declaração de simples incompatibilidade (inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade).....	333
5.1.3.1.	Simple incompatibilidade e decisões de “apelo ao legislador”.....	334
6.	Controle de constitucionalidade.....	334
6.1.	Conceito.....	334
6.2.	Controle de constitucionalidade vs. controle de convencionalidade.....	334
6.3.	Parâmetro de controle de constitucionalidade.....	337
6.3.1.	Aspecto material: o “bloco de constitucionalidade”.....	337
6.3.2.	Aspecto temporal do parâmetro de controle.....	341
6.3.2.1.	Parâmetro temporal amplo.....	341
6.3.2.2.	Parâmetro temporal restrito.....	341
7.	Espécies de controle de constitucionalidade.....	343
7.1.	Em relação ao órgão.....	343
7.1.1.	Controle político (não jurisdicional).....	343
7.1.2.	Controle jurisdicional (judicial).....	344
7.1.3.	Controle misto.....	344
7.2.	Em relação ao momento da realização.....	344
7.2.1.	Controle preventivo.....	344
7.2.2.	Controle repressivo.....	348
8.	Controle judicial da constitucionalidade.....	350
8.1.	Espécies.....	350
8.1.1.	Quanto à difusão da competência controladora.....	350
8.1.2.	Quanto ao plano de incidência do controle.....	350
8.1.3.	Quanto à finalidade do controle.....	351
8.1.4.	Quanto à via de controle.....	352
8.1.5.	Quanto à prevalência do controle.....	352
8.2.	Origem.....	353

8.2.1.	O controle judicial difuso/concreto	354
8.2.2.	O controle judicial concentrado/abstrato.....	354
8.3.	Controle de constitucionalidade no direito comparado: breve exposição	355
8.3.1.	Modelo do Reino Unido	355
8.3.2.	Modelo francês	356
8.3.3.	Modelo norte-americano	356
8.3.4.	Modelo austríaco.....	356
8.3.5.	Modelo suíço	357
8.3.6.	Modelo português.....	357
8.3.7.	Modelo italiano.....	357
8.3.8.	Modelo alemão	358
Capítulo II ▶	Controle de constitucionalidade no direito brasileiro: linhas gerais	359
1.	Origens e desenvolvimento.....	359
1.1.	Controle judicial concreto.....	359
1.2.	Controle judicial abstrato	359
1.3.	Evolução constitucional	360
2.	Modelo atual de controle de constitucionalidade.....	364
2.1.	Titularidade do controle de constitucionalidade	364
2.1.1.	Poder de rejeição de leis inconstitucionais	364
2.1.2.	Tribunais de contas	366
2.1.3.	Tribunais administrativos.....	367
2.1.4.	Cortes arbitrais	368
2.1.5.	Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).....	369
Capítulo III ▶	Controle judicial da constitucionalidade concreta no direito brasileiro	373
1.	Do controle judicial da constitucionalidade concreta/difusa.....	373
2.	Incidente de inconstitucionalidade nos tribunais	375
3.	Cláusula de reserva de plenário	379
4.	Declaração de ofício da inconstitucionalidade incidental	386
4.1.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais ordinárias	387
4.2.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais extraordinárias.....	388
4.2.1.	Recurso extraordinário: causa de pedir aberta?	390

4.2.2.	CPC/2015 e a extensão do princípio da causa de pedir aberta aos recursos de natureza extraordinária	393
4.2.2.1.	Recurso especial e declaração de inconstitucionalidade de ofício	395
4.3.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício e a proibição de decisão surpresa (art. 10 do CPC/2015)	397
5.	Controle concreto/difuso contra ato normativo “em tese”	397
6.	Efeitos da decisão final.....	398
6.1.	Efeito retrospectivo (<i>ex tunc</i>).....	398
6.1.1.	Exceções ao efeito retrospectivo “ex tunc”: prospectividade decisória e modulação temporal dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade.....	399
6.1.1.1.	Alterações de jurisprudência	399
6.1.1.2.	Situações fáticas consolidadas.....	401
6.1.1.3.	Princípio da segurança jurídica	402
6.1.2.	Requisitos formais à manipulação/modulação temporal dos efeitos das decisões proferidas no controle concreto de constitucionalidade	403
6.2.	Efeito intra partes	409
7.	Papel do Senado Federal no controle concreto de constitucionalidade	410
8.	Efeitos transcendentais das decisões do STF no controle concreto de constitucionalidade	412
8.1.	Tese da mutação constitucional.....	413
8.2.	Decisão do incidente de inconstitucionalidade e a vinculação dos órgãos fracionários do respectivo tribunal.....	415
8.3.	Tendência transcendente das decisões do STF em recurso extraordinário	416
8.3.1.	Transcendência fraca: recurso extraordinário da Lei dos Juizados Especiais Federais.....	416
8.3.2.	Transcendência forte: recurso extraordinário de repercussão geral	416
8.3.3.	Transcendência fortíssima: CPC/2015 e o efeito vinculante das decisões proferidas em recurso extraordinário repetitivo	420
8.4.	O CPC/2015 e a tentativa de instituir o stare decisis por via legislativa: inconstitucionalidade parcial	420
8.5.	Outros argumentos em prol da transcendência	423
9.	Relativização da coisa julgada “inconstitucional”.....	424
9.1.	Meios de impugnação da coisa julgada inconstitucional e o CPC/2015	428
9.1.1.	Ação rescisória	429
9.1.2.	Impugnação rescisória de título executivo judicial.....	430

10. Controle concreto/difuso e tipos de ações	432
10.1. Limites e possibilidades da utilização da ação civil pública e da ação popular no controle de constitucionalidade difuso/concreto	433
10.2. Representações interventivas federais	435
10.2.1. Ação direta interventiva	435
10.2.1.1. Ação direta interventiva estadual.....	438
10.2.2. Representação contra a recusa à execução de lei federal.....	439

Capítulo IV ► Controle judicial da constitucionalidade abstrata no direito brasileiro: linhas gerais.....

441

1. Questões terminológicas	441
2. Características do controle abstrato	442
3. Controle abstrato e tipo específico de processo judicial	442
4. Processo objetivo	443
4.1. Princípios gerais do processo objetivo	443
4.1.1. Princípio da instrumentalidade “reforçada”	444
4.1.2. Princípio da acessibilidade limitada ao processo objetivo	444
4.1.3. Princípio do interesse objetivamente considerado.....	444
4.1.4. Princípio da congruência ao pedido.....	444
4.1.5. Princípio da abertura da causa de pedir	445
4.1.6. Princípio da especificação das normas paramétricas	446
4.1.7. Princípio da indisponibilidade	446
4.1.8. Princípio da instrução	446
4.1.9. Princípio do controle material	447
4.1.10. Princípio da publicidade	447
4.1.11. Princípio da irrecorribilidade	447
4.1.12. Princípio da não rescindibilidade	448
4.2. Materializações dos princípios específicos do processo objetivo	451
5. Órgãos controladores.....	453
6. Participação do Senado Federal?	454
7. Espécies de ações do controle abstrato	455
7.1. Contra atos comissivos.....	455
7.2. Contra atos omissivos.....	455

Capítulo V ► Controle abstrato da constitucionalidade de atos comissivos: as ações diretas.....

457

1. Ações diretas e controle da constitucionalidade em face de atos comissivos.....	457
--	-----

2.	Teoria geral das ações diretas movidas contra atos comissivos	457
2.1.	Objeto das ações diretas	457
2.1.1.	Disposição e norma	457
2.1.2.	Atos impugnáveis.....	457
2.1.2.1.	Restrições quanto à hierarquia do ato impugnável	458
2.1.2.2.	Restrição quanto à origem do ato impugnável.....	459
2.1.2.3.	Restrição quanto ao conteúdo do ato impugnável.....	460
2.1.2.4.	Restrição quanto à vigência e à eficácia do ato impugnável	463
2.1.2.5.	Espécies de atos impugnáveis	465
2.1.2.6.	Espécies de atos não impugnáveis.....	466
2.1.2.7.	Controle abstrato de constitucionalidade das políticas públicas	468
2.2.	Legitimidade ativa	469
2.2.1.	Pertinência temática.....	471
2.2.2.	Capacidade postulatória	473
2.3.	Legitimidade passiva	474
2.4.	Intervenção do Ministério Público.....	474
2.5.	Intervenção do Advogado-Geral da União.....	475
2.6.	Intervenção do amicus curiae	477
2.7.	Quórum de julgamento.....	480
2.8.	Medida cautelar nas ações diretas.....	482
3.	Efeitos das decisões finais de mérito nas ações diretas	484
3.1.	Termo inicial	484
3.2.	Efeitos ordinários.....	485
3.2.1.	Coisa julgada.....	485
3.2.2.	Efeito “ex tunc”	487
3.2.3.	Efeito “erga omnes”	487
3.2.4.	Efeito vinculante.....	489
3.2.4.1.	Extensão subjetiva	490
3.2.4.2.	Extensão objetiva.....	491
3.2.4.3.	Efeito vinculante e limites da atuação jurisdicional	492
3.2.4.3.A.	Em relação ao próprio STF	492
3.2.4.3.B.	Em relação aos demais órgãos judiciais.....	492

3.2.4.4.	Efeito vinculante e transcendência dos motivos determinantes.....	494
3.2.4.5.	Cabimento de reclamação constitucional	496
3.2.4.6.	Efeito vinculante e manipulação/modulação temporal dos efeitos decisórios	498
3.2.5.	Efeito revigorador (ou “repristinatório”) da legislação anterior	501
3.2.5.1.	Exceções ao efeito revigorador ou “repristinatório”	503
3.2.6.	Efeito ambivalente	504
3.3.	Efeitos extraordinários	504
3.3.1.	Manipulação (ou modulação) dos efeitos da decisão que reconhece a inconstitucionalidade	504
3.3.1.1.	Requisitos.....	506
3.3.1.2.	Reflexos materiais	507
3.3.2.	Manipulação (modulação) temporal “invertida”?	507
3.3.3.	Manipulação (modulação) temporal e declaração de não recepção de normas	508
3.4.	Atenuação dos efeitos das decisões finais do controle abstrato de constitucionalidade	509
3.4.1.	Fórmulas de preclusão.....	509
3.4.1.1.	Controle abstrato de constitucionalidade e coisa julgada divergente	510
4.	Técnicas decisórias	512
4.1.	Tentativa europeia de uniformização terminológica	512
4.2.	Técnicas decisórias empregadas pelo STF.....	513
4.2.1.	Declaração de constitucionalidade simples	513
4.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade simples.....	513
4.2.3.	Declaração de inconstitucionalidade parcial com redução de texto	514
4.2.4.	Declaração de inconstitucionalidade sem redução do texto.....	515
4.2.5.	Declaração de (in)constitucionalidade da norma mediante interpretação conforme a constituição	516
4.2.6.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade	519
4.2.7.	Declaração de inconstitucionalidade estendida ou “por arrastamento”	520
4.3.	Nova tendência: incorporação de técnicas decisórias “manipulativas”	521
4.3.1.	Decisões manipulativas “aditivas”	522
4.3.1.1.	Decisões aditivas de garantia/de prestação	523
4.3.1.2.	Decisões “aditivas” de princípio.....	528

4.3.2.	Decisões manipulativas “substitutivas”	529
4.3.3.	Decisões manipulativas e “legislação positiva”	530
4.4.	Novíssima tendência: incorporação de decisões “dialógicas”	531
5.	Ações diretas em espécie	534
5.1.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI)	534
5.1.1.	Medida cautelar em ADI	536
5.2.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC).....	537
5.2.1.	Medida cautelar em ADC	539
5.3.	Ação direta de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça	540
5.3.1.	Parâmetro de controle	541
5.3.1.1.	Extensão do parâmetro às normas da Constituição Federal	541
5.3.1.2.	Normas da Constituição Federal reproduzidas pelo constituinte decorrente	541
5.3.2.	Legitimidade ativa	543
5.3.3.	Procedimento e efeitos decisórios.....	544
5.3.4.	Peculiaridades da ADI estadual	544
5.3.4.1.	Declaração incidental de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal	544
5.3.4.2.	Tramitação simultânea de ADI federal e ADI estadual.....	544
5.3.5.	Controle recursal pelo STF: recurso extraordinário contra acórdão de ADI estadual	545
5.3.5.1.	Âmbito de alcance do controle recursal	546
5.3.5.2.	Peculiaridades processuais	546
5.3.5.3.	Natureza jurídica do controle	548
Capítulo VI ▶	Controle abstrato da constitucionalidade de atos omissivos	551
1.	Controle da constitucionalidade abstrata em face de atos omissivos	551
1.1.	Considerações iniciais	551
2.	Das possíveis soluções judiciais para o problema das omissões inconstitucionais no âmbito do controle abstrato	552
3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	553
3.1.	Finalidades	553
3.2.	Objeto.....	553
3.3.	Legitimação	554
3.4.	Procedimento	554

3.5. Medida cautelar	555
3.6. Confluências da ADO e da ADI	556
3.7. Efeitos das decisões da ADO	557
3.7.1. Efeitos diretos	557
3.7.2. Efeitos reflexos	560
3.7.2.1. Efeitos políticos	560
3.7.2.2. Efeitos jurídicos	560
3.8. Diferenças da ADO em face do mandado de injunção (MI)	561
4. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) nos Tribunais de Justiça	563

Capítulo VII ► Controle da constitucionalidade por meio da arguição de descumprimento de preceito fundamental..... 565

1. Explicação inicial.....	565
2. Histórico	565
3. Conceito	566
4. Natureza jurídica	566
5. Parâmetro de controle	566
5.1. Aspectos materiais: o que é preceito fundamental?.....	566
5.2. Aspectos temporais	567
6. Legitimidade.....	567
7. Duplicidade das hipóteses de cabimento da ADPF	568
7.1. Constitucionalidade	568
8. Tipos de ADPF	569
8.1. ADPF autônoma	569
8.2. ADPF incidental	569
8.3. ADPF preventiva	570
8.4. ADPF repressiva	571
9. Condições específicas da ADPF	571
9.1. Princípio da subsidiariedade	571
9.1.1. Teorias negativas	571
9.1.2. Dimensões do princípio da subsidiariedade	572
9.2. Relevância objetiva	575
10. Fungibilidade entre ADPF e as ações diretas.....	575

11. Objeto da ADPF	576
11.1. Disposição e norma	576
11.2. Atos impugnáveis.....	576
11.2.1. Atos impugnáveis por meio de ADPF autônoma	576
11.2.1.1. ADPF autônoma e impugnação de decisões judiciais.....	579
11.2.2. Atos impugnáveis por meio de ADPF incidental	581
12. Procedimento.....	582
13. Intervenção do Ministério Público	583
14. Intervenção do Advogado-Geral da União	584
15. Intervenção do amicus curiae	584
16. Intervenção especial	584
17. Quórum de julgamento	584
18. Medida liminar	585
19. Efeitos da decisão final.....	585
19.1. Efeitos ordinários.....	585
19.2. Efeitos extraordinários	586
19.3. Peculiaridades da ADPF incidental.....	586
20. Inconstitucionalidade do art. 10, caput, da Lei 9.882/99.....	586

TÍTULO III – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Capítulo I ► Teoria geral dos direitos fundamentais.....	589
1. Definições prévias.....	589
1.1. Direitos fundamentais.....	589
1.2. Direitos humanos	589
1.3. Direitos humanos vs. direitos fundamentais.....	589
1.4. Direitos vs. deveres fundamentais.....	591
1.5. Normas de direitos fundamentais e normas de garantias fundamentais.....	591
1.6. Garantias institucionais.....	593
1.7. Direitos fundamentais em sentido formal e em sentido material.....	594
2. Origem e evolução dos direitos fundamentais.....	594
2.1. Novas tendências evolutivas: a “fertilização cruzada” e o “diálogo judicial”	595
3. Dimensões (ou gerações) dos direitos fundamentais.....	596

3.1.	Direitos fundamentais de primeira dimensão.....	597
3.2.	Direitos fundamentais de segunda dimensão.....	597
3.3.	Direitos fundamentais de terceira dimensão	597
3.4.	Direitos fundamentais de quarta dimensão	598
3.5.	Direitos fundamentais de quinta dimensão?.....	599
4.	Características normativas dos direitos fundamentais	599
4.1.	Natureza constitucional dos direitos fundamentais	599
4.2.	Regras e/ou princípios?	600
4.3.	Eficácia e aplicabilidade	602
5.	Diretrizes específicas para interpretação e aplicação das normas de direitos fundamen- tais	602
5.1.	Cláusula da aplicabilidade imediata.....	602
5.2.	Cláusula da complementaridade.....	604
5.3.	Cláusula da primazia do tratamento mais favorável	604
5.4.	Cláusula da proibição do retrocesso.....	608
6.	Sujeitos dos direitos fundamentais	616
6.1.	Sujeitos ativos	616
6.2.	Sujeitos passivos	619
6.3.	Relações especiais de sujeição	620
6.4.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	621
6.4.1.	Eficácia “diagonal” dos direitos fundamentais?.....	624
7.	Dupla perspectiva dos direitos fundamentais.....	625
7.1.	Perspectiva subjetiva dos direitos fundamentais.....	625
7.2.	Perspectiva objetiva dos direitos fundamentais.....	626
8.	Predicados dos direitos fundamentais	630
8.1.	Historicidade.....	630
8.2.	Universalidade.....	630
8.3.	Indisponibilidade.....	630
8.4.	Imprescritibilidade	632
8.5.	Relatividade	636
8.5.1.	Dignidade da pessoa humana como exceção à relatividade dos direitos fundamentais?	636
8.6.	Não taxatividade.....	638

9.	Conflitos de direitos fundamentais	638
9.1.	Concorrência de direitos fundamentais	639
9.1.1.	Tipos de concorrência de direitos fundamentais	639
9.1.2.	Crêterios de resolução.....	640
9.2.	Colisão de direitos fundamentais	641
9.2.1.	Tipos de colisões de direito fundamental	641
9.2.2.	Crêterios de resolução.....	642
10.	Restrições a direitos fundamentais	642
10.1.	Teoria interna vs. teoria externa	643
10.2.	Natureza jurídica das restrições	644
10.3.	Instâncias de restrições normativas.....	645
10.4.	Reservas de restrições legislativas	647
10.5.	Garantia do conteúdo ou núcleo essencial dos direitos fundamentais.....	650
10.6.	Proteção contra o efeito resfriador (“chilling effect”)	652
11.	Suspensão dos direitos fundamentais.....	654
12.	Teoria da “reserva do possível”	654
13.	Teoria do “mínimo existencial”	657
13.1.	Dupla dimensão do direito ao mínimo existencial	660
14.	Classificação dos direitos fundamentais.....	660
14.1.	Classificação segundo a Constituição de 1988.....	660
14.2.	Classificação funcional dos direitos fundamentais.....	660
14.3.	Direitos de defesa	661
14.4.	Direitos de participação	662
14.5.	Direitos a prestações	662
15.	Direitos a prestações: problemática atual	663
15.1.	Subclassifica��o dos direitos a prestações.....	663
15.1.1.	Direitos de prestações jurídicas	663
15.1.2.	Direitos a prestações materiais.....	664
15.1.3.	Direitos a prestação originários e derivados.....	664
15.2.	Tutela da efetividade dos direitos prestacionais	665
15.2.1.	Poder de conformação aut�noma do Poder Público.....	665
15.2.2.	Reserva financeiramente do possível.....	666
15.2.3.	Teoria do “mínimo social” (ou “mínimo existencial”)	667

15.2.4. Metodologia “fuzzy” aplicada aos direitos à prestação	668
15.2.5. Estratégias utilizadas na judicialização dos direitos prestacionais	670
16. Tratamento dado aos direitos fundamentais pela Constituição de 1988.....	672

SEÇÃO II

DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

Capítulo I ► Direitos fundamentais em espécie.....	677
1. Definições prévias.....	677
1.1. Direitos individuais	677
1.2. Direitos individuais de expressão coletiva	677
1.3. Direitos coletivos <i>lato sensu</i>	677
1.3.1. Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos	677
1.4. Deveres fundamentais.....	679
1.4.1. Classificação dos deveres fundamentais.....	680
1.5. Abuso de direitos fundamentais.....	680
2. Classificação dos direitos individuais na Constituição de 1988	682
3. Direitos individuais e coletivos mais destacados	682
3.1. Direito à vida	682
3.1.1. Questões polêmicas	683
3.2. Direito à privacidade	698
3.2.1. Teoria das esferas da personalidade.....	698
3.2.2. Regime geral dos sigilos pessoais	701
3.2.3. Direito à intimidade.....	704
3.2.3.1. Inviolabilidade do domicílio.....	705
3.2.3.2. Sigilo de dados pessoais.....	711
3.2.3.2.A. Sigilo de dados bancários	722
3.2.3.2.B. Sigilo de dados fiscais.....	731
3.2.3.2.C. Sigilo de dados processuais	731
3.2.3.3. Sigilo das comunicações em geral	733
3.2.3.3.A. Sigilo das comunicações pessoais	739
3.2.3.3.A.1. Sigilo de correspondência	741
3.2.3.3.A.2. Sigilo das comunicações telegráficas	743

3.2.3.3.A.3.	Sigilo das comunicações telefônicas e telemáticas	743
3.2.3.4.	Sigilo profissional.....	747
3.2.4.	Direito de reparação ao dano moral individual e coletivo	748
3.2.5.	Direito à vida privada	748
3.2.5.1.	Direito à autodeterminação informativa e à governança algorítmica.....	749
3.2.6.	Direito à honra e à imagem.....	750
3.2.7.	Direito ao esquecimento.....	751
3.2.7.1.	Aspectos gerais.....	751
3.2.7.2.	Âmbito de proteção.....	753
3.2.7.3.	Casuística	755
3.2.7.4.	Em especial: o direito à desindexação de dados.....	756
3.2.7.5.	STF e o polêmico RE 1.010.606/RJ: o direito ao esquecimento deve ser esquecido?.....	758
3.2.7.6.	Tentativa de síntese	761
3.3.	Direito de igualdade	762
3.3-A.	Discriminações diretas e indiretas.....	763
3.3.1.	Igualdade formal e material	765
3.3.2.	Extensão.....	766
3.3.3.	Princípio da igualdade e ações afirmativas	768
3.3.3.1.	Ações afirmativas e discriminação inversa (ou reversa).....	772
3.3.4.	Princípio da isonomia e discriminações em concursos públicos	775
3.3.5.	Teoria do impacto desproporcional.....	777
3.4.	Direito à liberdade	778
3.4.1.	Liberdade de ação	779
3.4.2.	Liberdade de locomoção	779
3.4.3.	Liberdade de consciência.....	782
3.4.3.1.	Da escusa ou objeção de consciência.....	783
3.4.3.1.A.	Aspectos gerais.....	783
3.4.3.1.B.	Diferenciações necessárias.....	784
3.4.3.1.C.	Previsão normativa, aplicabilidade e eficácia	785
3.4.3.1.D.	Âmbito de proteção.....	786
3.4.3.1.E.	Tipos de escusa de consciência já admitidos (explícita ou implicitamente).....	791

3.4.3.1.F.	Restrições à invocação da escusa de consciência.....	795
3.4.3.1.G.	Objecção de consciência superveniente	797
3.4.3.1.H.	Regime de penalidades.....	799
3.4.3.1.I.	Verificação estatal e ônus probatório das razões de consciência	801
3.4.4.	Liberdade de pensamento	804
3.4.5.	Liberdade de expressão	804
3.4.5.1.	Liberdade de manifestação do pensamento.....	805
3.4.5.2	Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação	805
3.4.5.3.	Regime de restrições à liberdade de expressão	810
3.4.5.3.A.	Anonimato, “whistleblowing” e denúncias anônimas.....	816
3.4.5.3.B.	Conteúdos ofensivos, obscenos e discurso de ódio (“hate speech”)	824
3.4.5.3.C.	Ordem e segurança públicas.....	830
3.4.5.3.D.	Veracidade e “fake news”	830
3.4.5.3.E.	Interesse público	832
3.4.5.3.F.	Propagandas eleitorais negativas	833
3.4.6.	Liberdade religiosa	834
3.4.7.	Liberdade de reunião	843
3.4.8.	Liberdade de associação	848
3.4.9.	Liberdade de representação associativa.....	852
3.4.9.1.	Associações, sindicatos e substituição processual	852
3.4.10.	Liberdade de exercício profissional	854
3.5.	Direito à propriedade.....	857
3.5.1.	Função social da propriedade urbana e rural	858
3.5.2.	Limitações ao direito de propriedade.....	861
3.5.2.1.	Expropriação	861
3.5.2.1.A.	Desapropriação	861
3.5.2.1.A.1	Desapropriação judicial?	863
3.5.2.1.B.	Expropriação confiscatória.....	864
3.5.2.2.	Requisição administrativa e ocupação temporária de bens	866
3.5.2.2.A.	Requisição administrativa.....	866

3.5.2.2.B.	Ocupação temporária de bens	869
3.5.3.	Proibição do confisco.....	870
3.5.4.	Usucapião	871
3.5.5.	Direito de herança.....	872
3.6.	Garantias constitucionais (direitos à segurança)	873
3.6.1.	Princípio da legalidade.....	874
3.6.1.1.	Subprincípios da legalidade	876
3.6.1.2.	Princípio da legalidade, direito de resistência e desobediência civil	877
3.6.1.3.	Legalidade e poder regulamentar	878
3.6.2.	Garantias de estabilidade das relações jurídicas: respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada	879
3.6.2.1.	Proteção ao direito adquirido	879
3.6.2.1.A	Tipologia e institutos correlatos	880
3.6.2.2.	Proteção ao ato jurídico perfeito	885
3.6.2.3.	Proteção à coisa julgada	886
3.6.2.3.A	Âmbito de proteção.....	886
3.6.3.	Garantias processuais.....	890
3.6.3.1.	Princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional	890
3.6.3.1.A.	Exceções ao princípio	891
3.6.3.1.B.	Assuntos correlatos	896
3.6.3.2.	Princípio do devido processo legal	900
3.6.3.2.A.	Devido processo legal “substancial”	900
3.6.3.2.B.	Devido processo legal “processual”	900
3.6.3.2.C.	Direito constitucional à prova	914
3.6.4.	Garantias criminais.....	927
3.6.4.1.	Vedações criminais expressas	945
4.	Remédios constitucionais.....	952
4.1.	Remédios constitucionais de natureza não jurisdicional.....	953
4.1.1.	Direito de petição	953
4.1.2.	Direito de receber informações	954
4.1.3.	Direito a certidões.....	958
4.2.	Remédios constitucionais jurisdicionais: os writs constitucionais.....	959
4.2.1.	Mandado de segurança individual.....	959

4.2.1.1.	Aspectos históricos	959
4.2.1.2.	Direito líquido e certo	960
4.2.1.3.	Objeto	961
4.2.1.4.	Prazo decadencial	964
4.2.1.5.	Legitimidade ativa	965
4.2.1.6.	Legitimidade passiva	966
4.2.1.7.	Competência	969
4.2.1.8.	Decisão	973
4.2.2.	Mandado de segurança coletivo	976
4.2.3.	Mandado de injunção	979
4.2.3.1.	Considerações gerais	979
4.2.3.2.	Requisitos de admissibilidade	980
4.2.3.3.	Finalidade do mandado de injunção	983
4.2.3.3.A.	Posição do STF	984
4.2.3.3.B.	Posição da Lei 13.300/2016	987
4.2.3.4.	Legitimidade ativa	988
4.2.3.5.	Legitimidade passiva	989
4.2.3.6.	Competência	989
4.2.3.7.	Procedimento	990
4.2.3.7.A.	Suprimento da omissão antes da sentença e perda do objeto da ação	991
4.2.3.8.	Liminar	991
4.2.3.9.	Decisão final de mérito	992
4.2.3.9.A.	Efeitos materiais	992
4.2.3.9.B.	Efeitos subjetivos	993
4.2.3.9.C.	Efeitos temporais	993
4.2.3.9.D.	Ação revisional da injunção	996
4.2.3.10.	Diferenças do mandado de injunção (MI) em face da ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO)	996
4.2.4.	“Habeas data”	997
4.2.4.1.	Considerações gerais	997
4.2.4.2.	Objeto	997
4.2.4.3.	Legitimidade ativa	999
4.2.4.4.	Legitimidade passiva	1000
4.2.4.5.	Competência	1001

4.2.4.6.	Peculiaridades procedimentais	1002
4.2.5.	Ação popular	1003
4.2.5.1.	Considerações gerais	1003
4.2.5.2.	Legitimidade ativa e passiva	1004
4.2.5.3.	Competência	1006
4.2.6.	“Habeas corpus”	1006
4.2.6.1.	Aspectos históricos	1007
4.2.6.2.	Natureza jurídica	1008
4.2.6.3.	Tipologia	1009
4.2.6.3.A.	Quanto ao momento da impetração	1009
4.2.6.3.B.	Quanto ao impulso processual	1009
4.2.6.3.C.	Quanto ao rol de beneficiários	1010
4.2.6.4.	Legitimidade ativa e passiva	1011
4.2.6.5.	Cabimento	1013
4.2.6.6.	Decadência	1015
4.2.6.7.	Competência	1016
4.2.6.8.	Procedimento	1019
5.	Direitos sociais	1021
5.1.	Conceito	1021
5.2.	Histórico	1021
5.3.	Aplicabilidade das normas de direito social	1022
5.4.	Sistemática da enunciação constitucional dos direitos sociais	1022
5.5.	Direitos sociais previstos no art. 6º	1022
5.6.	Direitos sociais previstos no art. 7º	1024
5.7.	Direitos sociais previstos nos artigos 8º a 11	1028
5.7.1.	Direitos individuais de expressão coletiva	1028
5.7.2.	Direitos sociais coletivos	1028
5.7.2.1.	Enumeração do art. 8º	1028
5.7.2.2.	Enumeração dos artigos 9º a 11	1030
5.7.2.2.A.	Direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada	1030
5.7.2.2.B.	Direito de greve de servidores e empregados públicos	1033
5.7.2.2.C.	Direito de participação em colegiados de órgãos públicos	1036

5.7.2.2.D.	Direito de representação direta de trabalhadores em empresas de porte considerável ...	1037
6.	Direitos políticos	1037
6.1.	Conceito	1037
6.2.	Titularidade	1037
6.3.	Alistamento eleitoral	1037
6.4.	Gratuidade	1038
6.5.	Direitos políticos positivos vs. negativos	1038
6.6.	Direitos políticos positivos	1038
6.6.1.	Direito de sufrágio	1039
6.6.1.1.	Direito de votar (sufrágio ativo)	1040
6.6.1.1.A.	Obrigatoriedade	1040
6.6.1.1.B.	Facultatividade	1041
6.6.1.1.C.	Indelegabilidade	1041
6.6.1.1.C.1.	Exceção à indelegabilidade: eleições indiretas para mandatários do Executivo	1042
6.6.1.1.D.	Universalidade	1042
6.6.1.1.E.	Igualdade	1042
6.6.1.1.F.	Confidencialidade	1043
6.6.1.2.	Direito de ser votado (sufrágio passivo)	1044
6.6.1.2.A.	Elegibilidade vs. inelegibilidade	1044
6.6.1.2.1.	Condições de elegibilidade	1045
6.6.1.2.1.2.	Elegibilidade plena	1048
6.6.1.2.1.3.	Condições especiais de elegibilidade dos militares	1049
6.6.1.2.1.4.	Elegibilidades supervenientes	1049
6.7.	Direitos políticos negativos	1050
6.7.1.	Privação dos direitos políticos	1050
6.7.2.	Suspensão dos direitos políticos	1050
6.7.2.1.	Suspensão de direitos políticos e registros da Justiça Eleitoral	1056
6.7.3.	Perda de direitos políticos	1057
6.7.4.	Causas de inelegibilidade	1057
6.7.4.1.	Tipologia das causas de inelegibilidade	1058

6.7.4.2.	Inelegibilidades supervenientes.....	1060
6.8.	Formas de participação popular no regime democrático	1061
6.8.1.	Plebiscito e referendo	1062
6.8.2.	Iniciativa popular.....	1063
6.8.3.	Ação popular.....	1065
6.8.4.	Tribunal do Júri	1065
6.8.5.	Direito de organização e associação a partidos políticos.....	1065
7.	Direitos da nacionalidade.....	1068
7.1.	Conceitos	1068
7.2.	Classificação.....	1068
7.3.	Crêrrios de determinação da nacionalidade.....	1068
7.4.	Conflitos de nacionalidade.....	1068
7.4.1.	Conflito positivo	1068
7.4.2.	Conflito negativo	1068
7.5.	Hipóteses de nacionalidade originária brasileira	1069
7.5.1.	Peculiaridades da nacionalidade potestativa	1070
7.6.	Hipóteses de nacionalidade brasileira derivada (naturalização).....	1072
7.6.1.	Naturalização ordinária	1072
7.6.2.	Naturalização extraordinária.....	1073
7.6.3.	Naturalização especial.....	1073
7.6.4.	Naturalização provisória	1073
7.7.	Perda da nacionalidade brasileira	1073
7.8.	Reaquisição da nacionalidade.....	1075
7.9.	Condição jurídica do brasileiro	1075
7.10.	Condição jurídica do estrangeiro.....	1076
7.11.	Medidas de retirada compulsória de estrangeiro	1078
7.11.1.	Repatriação.....	1079
7.11.2.	Deportação	1079
7.11.3.	Expulsão	1080
7.12.	Medidas de proteção humanitária a estrangeiros	1081
7.12.1.	Asilo	1081
7.12.2.	Refúgio humanitário	1082
7.12.3.	Proteção ao apátrida	1083

7.13. Medidas de cooperação internacional	1084
7.13.1. Extradição.....	1084
7.13.1.1. Extradição passiva.....	1084
7.13.1.2. Extradição ativa	1087
7.13.2. Transferência da execução penal	1087
7.13.3. Transferência de pessoa condenada	1088
7.13.4. A “entrega” ao TPI - Tribunal Penal Internacional.....	1088
7.13.5. Extradição vs. entrega: inconstitucionalidade parcial do Tratado de Roma?	1089
 CAPÍTULO II ► Organização político-administrativa brasileira: Federação brasileira. União. Estados-membros. Municípios. Distrito Federal. Repartição de competências	1091
1. Federação brasileira	1091
1.1. Componentes	1091
1.2. Vedações constitucionais de natureza federativa	1091
1.3. Capital	1093
1.4. Idiomas e símbolos oficiais	1093
1.5. Posição dos Territórios Federais	1094
1.6. Sistema de execução de serviços.....	1095
2. União	1095
2.1. Conceito.....	1095
2.2. Personalidade jurídica.....	1095
2.3. Bens da União	1096
2.4. Regiões integradas de desenvolvimento econômico	1097
3. Estados.....	1098
3.1. Formação.....	1098
3.2. Autonomia	1099
3.2.1. Auto-organização e autolegislação.....	1099
3.2.2. Autogoverno.....	1099
3.2.3. Autoadministração	1100
3.2.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	1100
3.3. Bens dos Estados	1101
4. Municípios.....	1101
4.1. Formação.....	1102

4.2.	Autonomia	1103
4.2.1.	Auto-organização e legislação	1103
4.2.2.	Autogoverno.....	1103
4.2.3.	Autoadministração	1104
5.	Distrito Federal	1104
5.1.	Autonomia	1104
5.1.1.	Auto-organização e autolegislação.....	1104
5.1.2.	Autogoverno.....	1105
5.1.3.	Autoadministração	1105
5.1.4.	Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões	1106
6.	Repartição de competências	1107
6.1.	Princípios gerais	1107
6.1.1.	Princípio da predominância do interesse	1107
6.1.2.	Princípio da subsidiariedade.....	1108
6.1.3.	Princípio dos poderes implícitos	1108
6.2.	Técnicas de repartição	1109
6.2.1.	Repartição horizontal.....	1109
6.2.2.	Repartição vertical	1110
6.3.	Sistema da Constituição de 1988	1110
6.4.	Espécies de competências.....	1111
6.4.1.	Quanto à forma	1111
6.4.2.	Quanto à extensão.....	1111
6.4.3.	Quanto à origem	1118
6.4.4.	Outras espécies de competências	1119
7.	Resolução judicial de conflitos federativos.....	1119
CAPÍTULO III ► Intervenção federativa: intervenção federal. Intervenção estadual		1121
1.	Conceito de intervenção federativa.....	1121
2.	Princípios gerais.....	1121
3.	Tipos de intervenção	1122
3.1.	Intervenção federal	1122
3.2.	Intervenção estadual	1123
4.	Consequências do ato interventivo	1123
5.	Intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal.....	1123

5.1.	Intervenção federal espontânea.....	1123
5.1.1.	Pressupostos materiais.....	1123
5.1.2.	Pressupostos formais	1124
5.2.	Intervenção federal provocada	1124
5.2.1.	Por solicitação	1125
5.2.2.	Por requisição.....	1125
5.3.	Do decreto interventivo	1127
5.4.	Controles da intervenção federal.....	1127
5.4.1.	Controle preventivo	1127
5.4.2.	Controle repressivo	1128
5.4.2.1.	Político.....	1128
5.4.2.2.	Judicial	1129
5.5.	Do interventor federal.....	1129
5.6.	Cessação da intervenção	1130
6.	Intervenção nos Municípios.....	1130
CAPÍTULO IV ► Administração Pública		1133
1.	Considerações gerais	1133
2.	Princípios da Administração Pública.....	1133
3.	Agentes públicos	1139
3.1.	Acessibilidade	1146
3.2.	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	1152
3.3.	Direitos trabalhistas extensíveis aos cargos públicos.....	1154
3.4.	Estabilidade do servidor público	1156
3.4.1.	Estabilidade e empregado público	1157
3.5.	Sistema remuneratório	1158
3.5.1.	Irredutibilidade remuneratória.....	1160
3.5.2.	Tetos remuneratórios	1163
4.	Organização administrativa	1169
5.	Responsabilidade civil do Estado	1170
6.	Regimes próprios de previdência dos servidores públicos.....	1178
6.1.	Benefícios previdenciários	1179
6.1.1.	Abono de permanência.....	1185

6.1.1.A. Aposentadoria voluntária e rompimento do vínculo com a Administração Pública	1187
6.1.2. Cassação da aposentadoria	1187
7. Regiões administrativas federais	1189
CAPÍTULO V ► Poder Executivo	1191
1. Considerações gerais	1191
2. Presidente da República.....	1191
2.1. Eleição e mandato.....	1191
2.2. Substitutos e sucessores do Presidente da República.....	1192
2.2.1. Substitutos	1192
2.2.2. Sucessores	1193
2.3. Perda do mandato	1194
2.4. Atribuições do Presidente da República.....	1194
2.5. Remuneração.....	1196
2.6. Responsabilização.....	1196
2.6.1. Crimes de responsabilidade vs. crimes comuns	1197
2.6.2. Imunidade especial.....	1198
2.6.3. Julgamento político por crimes de responsabilidade: o “impeachment”	1199
2.6.3.1. Controle judicial do processo de “impeachment”	1202
2.6.4. Julgamento por crimes comuns.....	1203
3. Do Vice-Presidente da República	1205
4. Dos Ministros de Estado.....	1206
5. Poder regulamentar.....	1207
5.1. Considerações prévias	1207
5.2. Chefia do Executivo e poder regulamentar.....	1208
5.3. Agências reguladoras e poder normativo	1211
6. Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional	1213
6.1. Conselho da República	1213
6.2. Conselho de Defesa Nacional.....	1214
CAPÍTULO VI ► Poder Legislativo	1215
1. Organização.....	1215
1.1. Mesas legislativas	1216

1.2.	Comissões parlamentares.....	1217
1.2.1.	Comissões parlamentares de inquérito – CPIs.....	1218
1.2.1.1.	Aspectos gerais.....	1218
1.2.1.2.	Abrangência dos poderes da CPI	1218
1.2.1.3.	Controle judicial.....	1221
1.2.1.4.	CPIs estaduais, distritais e municipais	1221
1.3.	Polícia e serviços administrativos	1222
1.4.	Conselho de Comunicação Social.....	1222
2.	Funcionamento e atribuições	1223
2.1.	Funções.....	1223
2.2.	Atribuições	1223
2.2.1.	Atribuições privativas da Câmara	1224
2.2.2.	Atribuições privativas do Senado	1225
2.3.	Legislatura e sessões legislativas.....	1226
2.4.	Reuniões	1227
3.	Estatuto dos Congressistas	1228
3.1.	Prerrogativas parlamentares.....	1228
3.1.1.	Imunidades	1228
3.1.1.1.	Imunidade material	1229
3.1.1.2.	Imunidade formal.....	1231
3.1.1.2.A	Imunidade formal quanto às prisões	1231
3.1.1.2.B	Imunidade quanto a processos criminais	1234
3.1.2.	Prerrogativa de foro.....	1235
3.1.3.	Outras prerrogativas parlamentares	1238
3.2.	Remuneração.....	1238
3.3.	Incompatibilidades.....	1239
3.4.	Perda do mandato	1240
3.4.1.	Cassação do mandato.....	1240
3.4.1.1.	Tipificação da quebra do decoro parlamentar e “monopólio da última palavra”.....	1241
3.4.1.2.	Infidelidade partidária.....	1241
3.4.2.	Extinção do mandato	1242
3.4.3.	Impedimento circunstancial à renúncia parlamentar.....	1244
3.4.4.	Princípio da simetria.....	1244

3.4.5. Controle judicial.....	1245
3.5. Suplência parlamentar	1245
4. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1246
4.1. Sistemas de controle	1246
4.2. Dever de prestação de contas.....	1247
5. Tribunais de contas.....	1248
5.1. Princípio da simetria	1250
5.2. Atribuições	1251
5.2.1. Poder cautelar dos Tribunais de Contas	1254
5.3. Rejeição de contas e inelegibilidade.....	1254
5.3.1. Tribunais de Contas e rejeição de contas de chefe do Poder Executivo.....	1254
5.4. Composição dos Tribunais de Contas.....	1255
CAPÍTULO VII ► Atos normativos e seu processo de formação legislativa	1259
1. Atos normativos primários e secundários	1259
2. Espécies de atos normativos primários	1259
3. Atividade legislativa	1260
3.1. Lei em sentido formal vs. lei em sentido material.....	1260
3.2. Atividade legislativa e seu caráter subsidiário.....	1261
3.3. Atividade legislativa e princípio da simetria	1261
3.4. Atividade legislativa e superação de decisões judiciais: o “ativismo congressional”	1262
3.4.1. Ativismo congressional e reversão de decisões do controle concreto de constitucionalidade	1264
3.4.2. Ativismo congressional e reversão de decisões do controle abstrato de constitucionalidade	1264
3.4.3. Recentes casos de ativismo congressional.....	1265
4. Elaboração, redação, alteração e consolidação dos atos normativos	1266
5. Processo legislativo	1267
5.1. Espécies de processo legislativo	1267
5.1.1. Quanto às formas de organização política	1267
5.1.2. Quanto ao tipo de procedimento.....	1267
5.2. Fases do processo legislativo ordinário	1269
5.2.1. Fase introdutória.....	1269
5.2.1.1. Iniciativa.....	1269

5.2.1.1.A.	Iniciativa comum ou concorrente.....	1269
5.2.1.1.B.	Iniciativa reservada.....	1270
5.2.1.1.C.	Iniciativa reservada e emendas constitucionais	1273
5.2.1.1.D.	Iniciativa reservada conjunta.....	1275
5.2.1.1.E.	Iniciativa reservada solidária ou compartilhada	1275
5.2.2.	Fase constitutiva: a deliberação parlamentar	1275
5.2.2.1.	Discussão.....	1275
5.2.2.2.	Emenda	1275
5.2.2.3.	Titularidade do poder de emenda legislativa	1276
5.2.2.4.	Limites ao poder de emenda legislativa	1276
5.2.2.5.	Tramitação das emendas legislativas	1279
5.2.2.5.A.	Arbitragem legislativa da Casa iniciadora	1280
5.2.2.6.	Votação	1280
5.2.2.6.A.	Quórum de instalação da sessão	1281
5.2.2.6.B.	Quórum de votação	1281
5.2.2.6.C.	Tipos de votação.....	1282
5.2.2.6.D.	Regra da não repetibilidade	1283
5.2.3.	Fase constitutiva: a deliberação executiva.....	1284
5.2.3.1.	Sanção	1284
5.2.3.2.	Veto.....	1285
5.2.3.2.A.	Efeitos do veto	1285
5.2.3.2.B.	Apreciação do veto.....	1286
5.2.4.	Fase complementar.....	1287
5.2.4.1.	Promulgação.....	1287
5.2.4.2.	Publicação	1288
6.	Atos normativos primários em espécie.....	1289
6.1.	Emendas constitucionais	1289
6.2.	Leis complementares	1291
6.2.1.	Campo temático das leis complementares.....	1291
6.2.2.	Lei ordinária e invasão do campo temático da lei complementar: conflito hierárquico?.....	1292
6.2.3.	Lei complementar e invasão do campo temático da lei ordinária	1292

6.2.4.	Lei complementar prevista em constituições estaduais e leis orgânicas distritais ou municipais.....	1293
6.3.	Leis ordinárias.....	1294
6.4.	Leis financeiras orçamentárias.....	1294
6.5.	Leis delegadas.....	1296
6.6.	Medidas provisórias	1297
6.6.1.	Pressupostos constitucionais formais.....	1297
6.6.1.1.	Pressupostos ligados ao “estado de necessidade”.....	1297
6.6.1.2.	Outros pressupostos formais.....	1297
6.6.2.	Pressupostos constitucionais materiais	1298
6.6.3.	Controle dos pressupostos formais e materiais	1299
6.6.4.	Processo legislativo das medidas provisórias.....	1300
6.6.4.1.	(In)constitucionalidade da prática de “devolver” a medida provisória ao Presidente da República.....	1303
6.6.5.	Precariedade normativa	1303
6.6.6.	Responsabilização do Presidente da República	1305
6.6.7.	Reedição e prorrogação do prazo de vigência de medidas provisórias	1305
6.6.8.	Medidas provisórias editadas antes da EC 32/2001.....	1305
6.6.9.	Medidas provisórias no âmbito das demais entidades federativas	1306
6.7.	Decretos legislativos	1306
6.8.	Resoluções legislativas	1307
6.9.	Tratados internacionais.....	1307
6.9.1.	Direito internacional e direito interno: monismo vs. dualismo	1308
6.9.2.	Processo de internalização de tratados internacionais no direito brasileiro.....	1310
6.9.3.	Hierarquia normativa	1313
6.9.3.1.	Dos tratados internacionais em geral.....	1313
6.9.3.2.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos em geral	1314
6.9.3.3.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados com “status” de emenda constitucional	1315
6.9.4.	Tratados internacionais e incompatibilidade com o direito interno	1315
6.9.5.	Tratados internacionais sobre direitos humanos e a EC 45/2004.....	1317
6.9.5.1.	Teoria da recepção reforçada dos tratados internacionais sobre direitos humanos anteriores à EC 45/2004.....	1319
6.9.6.	Revogação interna de normas advindas de tratados internacionais	1319

6.10. Decretos autônomos	1321
6.11. Regimentos internos e resoluções de tribunais.....	1322
6.12. Súmulas vinculantes	1323
CAPÍTULO VIII ► Do Poder Judiciário	1331
1. Funções desenvolvidas pelo Poder Judiciário	1331
1.1. Funções atípicas	1331
1.1.1. Administração	1331
1.1.2. Legislação.....	1333
1.2. Função típica: jurisdição	1334
1.2.1. Simulacros jurisdicionais	1336
1.2.1.1. Tribunais de contas	1336
1.2.1.2. “Justiça” arbitral.....	1336
1.2.1.3. Comissões parlamentares de inquérito (CPIs).....	1337
1.3. Ativismo judicial vs. autocontenção judicial	1337
2. Estrutura do Poder Judiciário.....	1341
2.1. Aspectos gerais.....	1341
2.2. Supremo Tribunal Federal	1347
2.3. Superior Tribunal de Justiça.....	1353
2.4. Justiças especializadas	1357
2.4.1. Justiça do Trabalho	1357
2.4.2. Justiça Eleitoral.....	1360
2.4.3. Justiça Militar	1362
2.5. Justiça Comum	1367
2.5.1. Justiça Federal.....	1367
2.5.2. Justiça Estadual.....	1374
2.5.3. Justiça no Distrito Federal e Territórios.....	1375
2.5.4. Juizados Especiais.....	1376
2.6. Conselho Nacional de Justiça – CNJ	1378
3. Estatuto da magistratura nacional	1384
3.1. Magistrados	1386
3.1.1. Ingresso e movimentações na carreira	1386
3.1.1.1. Quinto constitucional	1389
3.1.2. Regime remuneratório e previdenciário	1390

3.2.	Da organização dos tribunais	1391
4.	Garantias, deveres e prerrogativas	1392
4.1.	Garantias	1392
4.1.1.	Garantias institucionais	1392
4.1.2.	Garantias funcionais	1394
4.1.2.1.	Garantias de independência	1394
4.1.2.2.	Garantias de imparcialidade	1398
4.2.	Deveres	1400
4.2.1.	Penalidades	1401
4.3.	Prerrogativas.....	1403
CAPÍTULO IX ► Das funções essenciais à Justiça		1405
1.	Considerações gerais	1405
2.	Ministério Público.....	1405
2.1.	Garantias institucionais.....	1406
2.2.	Composição do Ministério Público	1407
2.2.1.	Conflitos de atribuição entre órgãos ministeriais	1412
2.3.	Princípios institucionais.....	1413
2.4.	Ingresso na carreira.....	1415
2.5.	Garantias dos membros	1415
2.6.	Vedações constitucionais.....	1416
2.7.	Funções institucionais	1417
2.8.	Conselho Nacional do Ministério Público	1423
3.	Advocacia.....	1425
4.	Advocacia Pública.....	1428
5.	Defensoria Pública	1432
CAPÍTULO X ► Sistema constitucional das crises. Forças armadas. Segurança pública.....		1439
1.	Sistema constitucional das crises	1439
1.1.	Conceito	1439
1.2.	Princípios gerais	1439
1.3.	Sistemas.....	1439
2.	Regime brasileiro de defesa do Estado e das instituições democráticas.....	1440

2.1.	Estado de defesa.....	1440
2.1.1.	Pressupostos materiais.....	1440
2.1.2.	Pressupostos formais	1440
2.1.3.	Efeitos e execução.....	1441
2.1.4.	Controles	1441
2.1.4.1.	Político.....	1441
2.1.4.2.	Judicial	1442
2.2.	Estado de sítio	1442
2.2.1.	Pressupostos materiais.....	1442
2.2.2.	Pressupostos formais	1442
2.2.3.	Efeitos, limites e execução	1443
2.2.4.	Controles	1444
2.2.4.1.	Político.....	1444
2.2.4.2.	Judicial	1445
2.2.5.	Suspensão de garantias jurisdicionais	1445
3.	Forças Armadas	1446
3.1.	Características	1446
3.2.	Peculiaridades	1447
3.3.	Serviço militar obrigatório.....	1448
4.	Segurança pública.....	1448
4.1.	Polícia de segurança vs. polícia administrativa.....	1448
4.2.	Órgãos e atribuições.....	1453
4.2.1.	Órgãos federais de segurança pública	1454
4.2.2.	Órgãos estaduais de segurança pública	1455
4.2.3.	Órgãos distritais de segurança pública	1457
4.2.4.	Órgãos de segurança pública nos Territórios Federais.....	1457
4.2.5.	Órgãos de segurança pública nos Municípios	1458
CAPÍTULO XI ► Sistema Tributário Nacional, Finanças Públicas e Sistema Financeiro Nacional.....		1459
1.	Sistema tributário nacional	1459
1.1.	Considerações gerais.....	1459
1.2.	Espécies tributárias	1459
1.3.	Competência tributária	1462
1.3.1.	Características	1463

1.3.2.	Tipologia	1464
1.4.	Impostos previstos na Constituição.....	1465
1.5.	Limitações ao poder de tributar.....	1467
1.6.	Princípios constitucionais tributários	1468
1.6.1.	Princípio da reserva legal tributária.....	1468
1.6.2.	Princípio da não retroatividade tributária.....	1474
1.6.3.	Princípio da anterioridade.....	1476
1.6.4.	Princípio da isonomia	1479
1.6.5.	Princípio da capacidade contributiva	1480
1.6.6.	Princípio da uniformidade tributária nacional	1482
1.6.7.	Princípio do não confisco tributário	1482
1.6.8.	Princípio da não diferenciação tributária.....	1484
1.6.9.	Outros princípios tributários	1484
1.7.	Imunidades.....	1485
1.7.1.	Conceitos afins	1485
1.7.2.	Tipos de imunidade tributária.....	1487
1.7.2.1.	Imunidade tributária recíproca	1487
1.7.2.2.	Imunidade tributária religiosa	1490
1.7.2.3.	Imunidade tributária cultural	1491
1.7.2.4.	Imunidade tributária dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos tributária religiosa.....	1492
1.7.2.5.	Outras imunidades.....	1494
1.8.	Repartição de receitas tributárias	1495
1.8.1.	Regime de desvinculação de receitas tributárias	1499
2.	Finanças públicas e direito financeiro	1500
2.1.	Conceitos básicos.....	1501
2.1.1.	Receitas públicas	1501
2.1.2.	Despesas públicas	1504
2.1.2.1.	Limitação das despesas públicas com pessoal	1505
2.1.3.	Crédito e dívida públicos	1508
2.2.	Normas gerais sobre direito financeiro	1510
2.3.	Orçamentos públicos	1511
2.3.1.	Orçamento autorizativo vs. orçamento impositivo.....	1511

2.3.2.	Orçamento-programa.....	1514
2.3.3.	Orçamento “secreto”	1514
2.4.	Princípios orçamentários	1515
2.5.	Leis orçamentárias	1521
2.5.1.	Anomia orçamentária	1524
2.6.	Vedações financeiras e orçamentárias	1527
2.7.	Repasse de duodécimos orçamentários	1529
2.8.	Regimes Fiscais Extraordinários	1531
2.8.1.	Novo Regime Fiscal federal	1531
2.8.2.	Regime Fiscal Emergencial aplicável a Estados, DF e Municípios	1534
2.8.3.	Regime extraordinário fiscal para calamidades públicas de âmbito nacional	1536
3.	Sistema financeiro nacional.....	1537
3.1.	Banco Central do Brasil.....	1541
CAPÍTULO XII ► Da ordem econômica		1543
1.	Conceitos iniciais	1543
1.1.	Ordem econômica.....	1543
1.2.	Sistema econômico.....	1543
1.3.	Regime econômico	1545
2.	Direito econômico	1546
2.1.	Objeto.....	1546
2.2.	Sujeitos.....	1547
2.3.	Autonomia científica	1547
3.	Tratamento constitucional da ordem econômica.....	1547
3.1.	Fundamentos da ordem econômica.....	1548
3.2.	Finalidades da ordem econômica.....	1552
3.3.	Princípios da ordem econômica	1552
4.	Formas de atuação do Estado na ordem econômica.....	1561
4.1.	Serviços públicos	1562
4.2.	Intervenção do Estado na ordem econômica	1563
4.2.1.	Intervenção direta.....	1563
4.2.2.	Intervenção indireta	1568
4.3.	Planejamento	1570

CAPÍTULO XIII ▶ Da ordem social.....	1571
1. Considerações gerais	1571
2. Seguridade social.....	1571
2.1. Saúde	1575
2.2. Previdência social	1581
2.2.1. Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	1582
2.2.2. Regimes próprios de previdência social de servidores públicos - RPPSs	1587
2.2.3. Regimes complementares de previdência social	1593
2.3. Assistência social.....	1596
3. Educação	1597
4. Cultura.....	1606
5. Desporto	1608
6. Ciência, tecnologia e inovação.....	1611
7. Comunicação social.....	1613
8. Meio ambiente	1618
9. Família, criança, adolescente, jovem, pessoa idosa e pessoas com deficiência.....	1627
9.1. Família	1627
9.2. Criança, adolescente e jovem	1634
9.3. Pessoa Idosa	1636
9.4. Pessoa com deficiência.....	1637
10. Índios.....	1640
Bibliografia	1645